

(minuta) CONTRATO Nº/.....

Contrato de aquisição de serviços de **Formador**, adjudicado por deliberação de, datada de-.....-.....

Aos..... dias do mês de do ano de em (morada), estando presentes como Outorgantes:

PRIMEIRO OUTORGANTE:, titular do cartão de pessoa coletiva n.º, com sede em, devidamente representado neste ato por, natural da freguesia de, concelho de portador do documento de identificação n.º, válido até-.....-....., na qualidade de, e

SEGUNDO OUTORGANTE:....., natural da freguesia de, concelho de, portador(a) do documento de identificação n.º, válido até-.....-....., contribuinte fiscal n.º, residente em, titular da habilitação académica de(grau de ensino e designação do curso) e certificação pedagógica comprovada.

**Cláusula Primeira
(Objeto do contrato)**

Dadas as competências e a experiência profissional do Segundo Outorgante, o Primeiro Outorgante contrata os serviços daquele para, na qualidade de **formador** desenvolver atividades de formação e outras afins, de acordo com o estabelecido na cláusula seguinte.

**Cláusula Segunda
(Âmbito e condições da aquisição dos serviços)**

1. Compete ao formador prestar serviços de formação, de acordo com as respetivas habilitações, no âmbito do Programa Jovem + Digital, criado através da Portaria n.º 250-A/2020, de 23 de outubro.
2. No âmbito da sua atividade compete ao Segundo Outorgante ministrar formação, presencial e a distância, com recurso a diferentes estratégias, métodos, técnicas e instrumentos de formação e avaliação, incluindo atividades de diagnóstico e de avaliação dos formandos e propor, sempre que se justifique, estratégias de recuperação preventivas do insucesso ou abandono da formação, estabelecendo uma relação pedagógica diferenciada, dinâmica e eficaz com múltiplos grupos e em função dos perfis individuais, de forma a favorecer a aquisição de conhecimentos e competências, bem como o desenvolvimento de atitudes e comportamentos adequados ao desempenho profissional.
3. Compete-lhe, ainda, nomeadamente:
 - a. Planificar e organizar a formação, bem como participar em reuniões de coordenação geral e das respetivas equipas formativas;
 - b. Desenvolver atividades de diagnóstico e de avaliação dos formandos;
 - c. Conceber recursos pedagógico-didáticos de apoio à formação, incluindo, com carácter obrigatório, a elaboração de um manual de formação ou guia de aprendizagem modular relativo às UFCD ministradas ou, se for o caso, a atualização permanente dos

- já existentes no Primeiro Outorgante, a disponibilizar em formato eletrónico no centro de recursos em conhecimento ou mediateca, para acesso alargado;
- d. Assumir o papel de responsável pedagógico de ações de formação em que intervém como formador, assim como estabelecer as necessárias articulações com entidades parceiras;
 - e. Efetuar registos nas aplicações informáticas de gestão da formação e elaborar todos os documentos de natureza técnico-administrativa e pedagógica decorrentes da sua prestação de serviços, nomeadamente avaliações, processos, atas e folhas de atividade/honorários;
 - f. Articular com outros formadores e/ou técnicos de formação, presencialmente ou através de comunidades de práticas *online*, partilhando modelos, experiências, métodos, técnicas e recursos técnico-pedagógicos, com vista a potenciar o seu desempenho individual e em equipa;
 - g. Acompanhar os formandos em visitas técnicas ou outros eventos considerados pedagogicamente relevantes;
 - h. Participar em projetos de parceria nacional e transnacional.
4. O Segundo Outorgante realiza a prestação de serviços, assegurando a sua execução com zelo, rigor, pontualidade, qualidade e boa colaboração com o Primeiro Outorgante e os formandos, de modo a serem atingidos os resultados pretendidos com o presente contrato.
5. Os serviços são prestados com autonomia técnica do Segundo Outorgante, sem subordinação hierárquica, proporcionando ao Primeiro Outorgante o resultado do seu trabalho.

Cláusula Terceira
(Local da execução dos serviços)

A prestação dos serviços objeto do presente contrato é executada no, sito em, ou em local a designar pelo Primeiro Outorgante, atentas as atividades descritas na cláusula anterior.

Cláusula Quarta
(Gestor do Contrato)

O gestor de contrato, nos termos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, é (*indicar o nome da pessoa responsável*).

Cláusula Quinta
(Duração do contrato)

1. A execução dos serviços a que o Segundo Outorgante se vincula tem a duração de horas, à qual poderão ser acrescidas as horas despendidas com as atividades previstas no n.º 3 da cláusula 2.ª, tendo o seu início previsto em-.....-..... e termo previsto em-.....-..... .
2. De acordo com o previsto no artigo 440.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação, que aprova o Código dos Contratos Públicos, o contrato pode sempre ser

prorrogado pelo prazo estritamente necessário para assegurar a conclusão das unidades de formação de curta duração (UFCD) que se encontrem a ser ministradas pelo Segundo Outorgante à data do seu termo e ou para realizar outras obrigações acessórias de natureza técnico-administrativa e ou pedagógica que não possam ser concluídas durante a sua vigência.

3. Para os efeitos do número anterior deve sempre ser celebrado um aditamento ao presente contrato.

Cláusula Sexta (Horário e tempo de afetação)

1. Considerando o horário de funcionamento do Primeiro Outorgante e o facto da formação se destinar a pessoas em situação de desemprego, as atividades objeto do presente contrato são prestadas, predominantemente, no período entre as oito e as vinte horas, sem prejuízo de algum ajustamento a acordar entre as partes em função de necessidades supervenientes.
2. No caso do Formador que intervenha como Responsável Pedagógico e, para assegurar o desenvolvimento das atividades inerentes a essa função, deve considerar-se uma carga horária de 7 horas/ação/mês de formação.

Cláusula Sétima (Preço e condições de pagamento)

1. A execução dos serviços a que o Segundo Outorgante se vincula, face ao presente contrato, corresponde ao montante estimado de €..... (..... valor por extenso), com Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) incluído, sendo €..... correspondentes ao valor dos serviços e €..... relativos ao valor do IVA.
2. Pela atividade executada, o Primeiro Outorgante paga, mensalmente, ao Segundo Outorgante, o valor hora de (..... valor por extenso), vezes o número de horas efetivamente prestadas, acrescido do IVA.
3. O pagamento referido no número anterior é feito mediante a apresentação pelo Segundo Outorgante das correspondentes faturas ou documentos legalmente equivalentes, considerando-se que a prestação se vence nos sessenta dias subsequentes à sua apresentação.
4. Na eventualidade do não cumprimento do prazo referido no número anterior, aplicam-se as normas estatuídas na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, que estabelece a obrigatoriedade do pagamento de juros de mora, calculados à taxa legal em vigor.
5. O encargo emergente deste contrato será satisfeito pela dotação da classificação orçamental n.º, a que corresponde o compromisso n.º

Cláusula Oitava (Obrigações do Segundo Outorgante)

1. O Segundo Outorgante obriga-se a apresentar, sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, o documento comprovativo da situação tributária regularizada, exarada nos termos previstos no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 de setembro e o

documento comprovativo da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida pelo Centro Regional da Segurança Social (CRSS) e/ou Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), assim como concede permissão ao IEFP, IP, no âmbito do acompanhamento do processo enquanto entidade financiadora, para consulta das situações indicadas nos respetivos endereços eletrónicos das finanças e segurança social.

2. O Segundo Outorgante compromete-se a manter a atividade aberta junto das Finanças, durante a vigência do presente contrato e até serem prestadas todas as quitações inerentes ao mesmo, devendo emitir a correspondente fatura-recibo no prazo máximo de 5 dias úteis, a contar da data do término do período a que se refere cada pagamento.
3. A data de término da prestação de serviços, ou do período a que se refere cada pagamento deverá constar na fatura-recibo, como data da prestação do serviço.
4. A não observância dos pontos anteriores pode implicar o não pagamento dos valores cuja quitação não for prestada naqueles termos.

Cláusula Nona (Obrigação de sigilo)

O Segundo Outorgante obriga-se ao sigilo de quaisquer informações que obtenha em virtude da execução do presente contrato, salvo se prévia e expressamente autorizado pelo Primeiro Outorgante, nos termos e para os efeitos da Lei de Proteção de Dados Pessoais.

Cláusula Décima (Dados Pessoais)

- 1- Os Outorgantes comprometem-se a respeitar o Regulamento Geral de Proteção de Dados em vigor e demais legislação nacional aplicável aos dados pessoais.
- 2- O Primeiro Outorgante enquanto responsável pelo tratamento dos dados fornecidos, informa que os mesmos serão utilizados para garantir a adequada execução do contrato, nomeadamente a identificação do Segundo Outorgante e faturação ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.
- 3- Os dados pessoais fornecidos serão conservados apenas durante o período de execução do contrato, podendo ser mantidos de acordo com as exigências legais inerentes à finalidade do tratamento para que foram recolhidos.

Cláusula Décima Primeira (Denúncia)

Qualquer dos Outorgantes poderá denunciar o presente contrato, mediante aviso prévio em carta registada com aviso de receção, com pelo menos 30 dias úteis de antecedência em relação à data de produção de efeitos.

Cláusula Décima Segunda (Resolução do contrato)

1. O Primeiro Outorgante poderá proceder à resolução do presente contrato, a todo o tempo, desde que se verifique alguma das seguintes condições:
 - a) Incumprimento de obrigações decorrentes do presente contrato, nomeadamente quando não sejam asseguradas as atividades objeto da aquisição de serviços, em conformidade com o previsto na cláusula 2.ª;
 - b) Interrupção dos serviços sem autorização prévia do Primeiro Outorgante, na sequência de requerimento apresentado com uma antecedência mínima de 30 dias úteis;
 - c) Factos fortuitos ou de força maior que inviabilizem o início ou a continuidade da formação.
2. O Segundo Outorgante poderá igualmente proceder à resolução do presente contrato, com fundamento na lei devendo, para o efeito, observar uma antecedência mínima de trinta dias.
3. A resolução do presente contrato por parte do Segundo Outorgante sem fundamento na lei ou o não cumprimento do prazo definido no número anterior, bem como o incumprimento das obrigações decorrentes do mesmo implicam o dever de indemnizar o Primeiro Outorgante.
4. Excetua-se do referido nos números anteriores, as situações em que a inobservância das obrigações por parte do Segundo Outorgante resulte de facto fortuito ou de força maior.
5. A rescisão deve ser comunicada à outra parte mediante carta registada com aviso de receção.

Cláusula Décima Terceira (Resolução de litígios)

Para qualquer litígio emergente do presente contrato que não possa ser resolvido por meios gratuitos, é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Neste ato foram presentes pelo Segundo Outorgante os documentos seguintes:

- Fotocópia do documento de identificação;
- Fotocópia do cartão de contribuinte (caso não possua cartão de cidadão);
- Fotocópia do certificado de habilitações;
- Número do CCP, ou comprovativo de isenção de CCP (ao abrigo do n.º 2, do artigo 2.º, da Portaria n.º 214/2011, de 30 de maio);
- Documento comprovativo da situação contributiva regularizada para a Segurança Social;
- Documento comprovativo da situação tributária regularizada, emitida nos termos previstos no n.º 1, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 de setembro;
- Documento comprovativo de seguro de acidentes de trabalho de trabalhadores independentes em vigor, no caso de pessoas singulares, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 159/99, de 11 e maio;
- Declaração, sob o compromisso de honra, em como não se encontra em situação de aposentação/reforma, em cumprimento do disposto nos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro,

extensível aos beneficiários de pensões de reforma da segurança social, nos termos da Lei do Orçamento do Estado em vigor.

Por estarem de acordo com o presente clausulado, vai o mesmo ser assinado em duplicado, ficando um exemplar em poder de cada uma das partes outorgantes.

.....,..... de de

O PRIMEIRO OUTORGANTE

O SEGUNDO OUTORGANTE
